

PMDB espera ação contra emenda Iensen

BRASÍLIA — O PMDB está preparando seus governadores para entrarem em cena durante a votação do mandato do presidente José Sarney no plenário da Constituinte. Por esse motivo, as 317 assinaturas da emenda Mathews Iensen não dão como liquidada a possibilidade de eleições este ano. A pressão dos governadores e a pressão popular — até aqui ausentes — podem mudar o placar a favor dos quatro anos.

— Na votação da Sistematização, Arraes só entrou para valer 48 horas antes. É hora de esperar um pouco. É até bom eles apresentarem as assinaturas porque vai começar a pressão popular — avalia o vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson.

Em Pernambuco, por exemplo, a avaliação do Palácio das Princesas é a de que os deputados Luis Freire, José Carlos Vasconcelos e Nilson Gibson — signatários da emenda dos cinco anos —, acabarão votando nos quatro. "O Gibson", diz o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), é o protótipo do fisiologista. A dificuldade dele é que ele é governo federal e governo estadual, e os dois estão em posições antagônicas".

Neste caso, como também na Bahia, já se articula a expulsão do PMDB daqueles parlamentares que votem nos cinco anos. "Muita gente assinou esta emenda para não brigar antes da hora. O político não joga o seu futuro fora, a não ser aqueles que, após enriquecer, largam a política", diz o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ).

Uma pergunta — No próximo dia 27, Fernando Lyra e o senador Afonso Camargo (PTB-PR) farão uma reunião do Comitê das Diretas para tentar começar uma articulação efetiva com uma pergunta: o que está faltando para levar o povo às ruas? Não há dúvida de que o desencanto popular é uma das causas, mas Lyra acha que os governadores podem ainda ser mobilizados, assim como os empresários.

— O governo está brincando com uma situação insustentável. O povo pode chegar à convulsão se essa situação continuar — tem repetido o governador Miguel Arraes.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, também concorda que a pressão popular será decisiva na hora da votação em plenário. "pois não é mais possível a Constituinte continuar alheia aos anseios populares". Outro argumento, menos abstrato, é o de que muitos parlamentares que votarem na emenda Mathews Iensen verão ruir o sonho de se candidatarem a prefeito. "Será impossível disputar uma eleição desse peso, tendo sido contra o mandato de quatro anos meses antes", diz Fernando Henrique. É o caso do filho do ex-ministro Marcos Freire, Luís Freire, que é candidato em novembro a prefeito de Olinda, a cidade considerada mais oposicionista do país.

Responsabilidades — Mas há também o mea culpa dos pemedebistas. "O principal responsável pelo número de assinaturas na emenda Mathews Iensen é o PMDB, que é o partido majoritário e tem compromissos históricos com as causas progressistas", diz Fernando Henrique. Foram 162 os parlamentares do PMDB que assinaram a proposta dos cinco anos, e a maior cota de responsabilidade por isso, segundo avaliação de bom número de pemedebistas, cabe ao líder Mário Covas. Eles consideram que o Centrão cresceu a partir do vácuo deixado por Covas.

Alguns até levaram em conta as articulações do senador Leite Chaves (PMDB-PR), que quer substituir Covas na liderança. O próprio Fernando Henrique, que proclama ter uma "profunda amizade" por seu companheiro de partido e de estado, não fala das derrotas dele. Trata de se defender: dos 45 senadores do PMDB que lidera, apenas 15 assinaram a emenda Iensen. "E podem voltar atrás", avisa.

Fernando Henrique também joga com a força dos governadores. "Eles não quiseram se indispor agora com o governo federal, pois já estão muito sacrificados, mas na hora H mostrarão a disposição e energia que guardaram". Na opinião do senador, "os governadores se unirão no momento oportuno".

Quércia se omite e deixa bancada votar como quiser

SÃO PAULO — Como Pôncio Pilatos, o governador Orestes Quércia, pressionado pelos diretores do PMDB, de um lado, e pelo Palácio do Planalto, de outro, lavou as mãos e optou pela abstenção. Ele não vai mesmo interferir na escolha da Constituinte, entre os quatro ou cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

Consciente de que a posição dos parlamentares evolui de acordo com as circunstâncias políticas,

Quércia sabe que a duração do mandato de presidente Sarney, apesar das 317 assinaturas a favor dos cinco anos registradas na emenda do deputado Mathews Iensen (PMDB-PR) — só será decidida no dia em que for votado o artigo 4º das Disposições Transitórias da nova Constituição.

Eleito com 7 milhões 500 mil votos em novembro de 1986, Quércia assumiu o governo de São Paulo, em março do ano passado, falando em seis anos para o presidente Sarney. Um mês depois, em abril, durante reunião com os governadores Moreira Franco (RJ), Newton Cardoso (MG) e Marcelo Miranda (MS), ele condicionava a extensão do mandato ao sucesso da política econômica e deflacionária e demissão do então ministro da fazenda, Dilson Funaro. Em maio, quando Sarney anunciou que aceitava governar por cinco anos, Quércia passou a trabalhar com os demais governadores do PMDB — exceto

Fernando Collor (AL) — para que a convenção do partido, realizada em julho, nada decidisse sobre mandato.

Em dezembro, depois de uma viagem de 30 dias ao exterior, Quércia encontrou um país diferente. A situação econômica havia se deteriorado, Bresser Pereira se demitira do Ministério da Fazenda, e os diretores do PMDB paulista clamavam por eleições presidenciais este ano. Acabou reconhecendo que ia "dar mesmo quatro anos", mas ressaltou que preferia cinco anos de mandato para Sarney, argumentando que é o tempo de governo estabelecido para os futuros presidentes no projeto da Constituição. Na verdade, Quércia torce pelos cinco anos, porque assim terá chance de disputar com o deputado Ulysses Guimarães e o ex-governador Franco Montoro, a indicação de candidato do PMDB ao Palácio do Planalto.